

## INTERVENÇÃO DO MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA

Conferência sobre o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030  
Sana Malhoa Hotel, Lisboa  
09h15, 20 de abril de 2022

Caro João Belo, diretor geral do grupo *About Media*  
Senhoras e senhores,

Começo por agradecer o convite para a participação nesta Conferência de reflexão sobre o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030. Além de partilhar convosco algumas reflexões pessoais sobre o tema da Conferência, será relevante para mim conhecer os contributos e respostas dos vários oradores convidados, atores e especialistas do setor hoje aqui presentes.

Desejo que este encontro seja produtivo e construtivo de forma a nos permitir reforçar o PERSU 2030 e espero, igualmente, que contribua para aproximar, diria mesmo alinhar, as várias entidades do setor em torno das exigentes metas ambientais que temos pela frente.

A primeira constatação que temos todos de fazer é que Portugal não cumpriu com os seus objetivos e metas ao nível dos resíduos, em especial num momento em que a expectativa e urgência em torno do cumprimento de metas ambientais aumentou e os nossos compromissos nacionais e internacionais no combate às alterações climáticas e à neutralidade carbónica nos exigem um esforço e uma urgência cada vez maior.

Por isso, a questão central que se coloca a todos é como é que reagiremos, enquanto sociedade e enquanto setor, a esta falha nas políticas públicas.

A minha expectativa é que a nossa reação coletiva seja de demonstração inequívoca de vontade do cumprimento das metas, de procura de soluções, de construção de infraestruturas, de valorização de mecanismos de cooperação entre sistemas, de invenção de novos modelos de financiamento e de governação adequados a essas ambição e urgência.

Durante o mês de março, o Tribunal de Contas concluiu uma auditoria à Gestão de Resíduos Plásticos em Portugal, no âmbito de uma ação conjunta da organização das instituições superiores de controlo financeiro da Europa (EUROSAI), ação que revela bem a centralidade que a gestão de resíduos e a economia circular têm na política de ambiente da União Europeia.

Este relatório, que considero um ótimo contributo para esta reflexão sobre o PERSU 2030 e a gestão de resíduos em Portugal, parte da problemática mundial dos resíduos de plástico e do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, em especial, da necessidade dos vários países adotarem políticas consistentes, que diminuam os plásticos nos oceanos. Faz, ainda, uma análise exaustiva do nosso modelo de gestão de resíduos, com inúmeras recomendações a ter em conta.

Em Portugal, nos últimos anos, a política de gestão de resíduos urbanos assentou, essencialmente, numa estratégia de recolha de indiferenciados encaminhados para unidades de tratamento mecânico e biológico. Esta tecnologia, que pretende evitar a deposição em aterro e a recuperação de alguns materiais, maioritariamente resíduos de embalagens, já não responde aos principais desafios presentes e futuros.

Por outro lado, os investimentos efetuados para impulsionar a recolha seletiva em Portugal, em especial de resíduos de embalagens, ainda não tiveram os efeitos desejados, encontrando-se a recolha seletiva praticamente estagnada. Atualmente, os quantitativos recolhidos por ano não ultrapassam os 20% do total de resíduos urbanos.

Este e outros indicadores demonstram a nossa falha – cerca de 60% dos resíduos urbanos têm por destino o aterro e não foram atingidas as metas para a reutilização e a reciclagem.

As mais recentes alterações à Diretiva Quadro de Resíduos, transposta para a legislação nacional em 2020, impõe-nos objetivos e metas determinados para a próxima década, exigindo um desempenho excecional do sector dos resíduos.

Senhoras e senhores,

Importa, portanto, orientar a estratégia para um modelo centrado, por um lado, na prevenção de resíduos e, por outro, no aumento da qualidade e quantidade da recolha seletiva e nos biorresíduos. Ou seja, os nossos objetivos passam por recuperar a maior quantidade possível de resíduos, com mais qualidade, permitindo uma reciclagem de maior valor acrescentado e, conseqüentemente, a redução da eliminação através de aterro.

O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 sugere a aceleração da substituição do modelo baseado na recolha indiferenciada e no tratamento em instalações de tratamento mecânico e biológico por outro, que privilegie a recolha seletiva. Perspetiva ainda a conversão das instalações de tratamento mecânico e biológico em infraestruturas capazes de rececionar resíduos recolhidos seletivamente.

Melhorar e ampliar a recolha seletiva para os diversos fluxos de resíduos, em todo o país, constituirá uma mudança de paradigma substancial face às duas últimas décadas, especialmente a recolha seletiva de biorresíduos.

Uma alteração às opções de gestão de resíduos até agora tomadas significa também um enorme esforço na educação e no envolvimento da população, motivando-a para a participação ativa na recolha seletiva e na adoção de escolhas inteligentes de prevenção de produção de resíduos.

A sustentabilidade económica e financeira das entidades de gestão de resíduos municipais suscita diversas preocupações. Há a necessidade de garantir custos justos para o cidadão e de apoiar os municípios para os alinhar no cumprimento das metas ambientais, quebrando a dicotomia entre equilíbrio local e desenvolvimento ambiental. Isto significa um equilíbrio entre receitas (tarifas, materiais recicláveis e venda de energia, valores de contrapartida das entidades gestoras de fluxos) e custos (recolha, transporte e tratamento).

É fundamental que o cumprimento das metas seja um desígnio de todos, em primeiro lugar do Governo, mas também dos municípios e das entidades gestoras, a quem cabe uma participação significativa para o sucesso da estratégia.

Paralelamente à discussão do Plano, encontra-se em desenvolvimento uma "avaliação técnica dos estudos municipais sobre recolha e reciclagem na origem de biorresíduos". As propostas e as previsões dos municípios, no que respeita à recolha de biorresíduos, estão a ser cruzadas com as previsões no PERSU 2030, articulando-se com o poder local estratégias para necessário contributo para o cumprimento das metas.

Importa também salientar que a previsão de investimentos vertida no Plano abrange apenas a fase de tratamento do resíduo, não se tendo ainda projetado investimentos no que respeita à recolha.

Esta ausência não pretende desconsiderar a importância que a recolha tem na concretização do presente plano e das suas exigentes metas. Em fase posterior à publicação do PERSU 2030, terão os municípios de indicar, nos seus planos de ação, as projeções de investimento para alcançar as metas. Terá de ser objetivo estratégico encontrar modelos de financiamento adequados para os municípios.

Iniciou-se um caminho de devolução do aumento da Taxa de Gestão de Resíduos aos municípios para o desenvolvimento de projetos em torno da recolha de biorresíduos e entendo que devemos prosseguir este caminho, eventualmente consignando a totalidade de futuros aumentos para cada município diminuir a percentagem de resíduos que seguem para aterro. Este é o grande desafio deste ciclo.

No que respeita à fração residual – aquela que não é passível de reciclagem ou de reutilização – teremos de avaliar de forma séria, o potencial de produção de Combustíveis Derivados de Resíduos, resultado de investimentos já realizados e previstos Não podemos é manter a situação atual, em que os investimentos efetuados não têm resultado em produção de Combustíveis Derivados de Resíduos com expressão e sua utilização na indústria.

Não estando disponível financiamento comunitário para aumento de capacidade de valorização energética por incineração, o PERSU não preconiza aumento da capacidade neste âmbito. Prevê, sim, a manutenção da capacidade existente, com as necessárias intervenções no sentido da promoção da eficiência do processo. Acredito que, no futuro, poderemos aproveitar melhor a capacidade de valorização energética, seja pela evolução tecnológica, que a torne menos poluente, seja pela maior cooperação entre sistemas, à medida que vamos alargando a recolha de bioressíduos.

A todos será exigido um novo esforço: ao Governo e à administração central, aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos e aos municípios, mas também aos produtores, embaladores e

distribuidores, que terão de fazer um esforço adicional, ao abrigo da Responsabilidade Alargada do Produtor.

O PERSU 2030 perspetiva um conjunto de objetivos, medidas e ações exigentes mas necessários. Portugal está empenhado numa transição para uma economia circular, com um elevado nível de eficiência na utilização de recursos, sendo a estratégia de prevenção e de gestão de resíduos urbanos fundamental para o seu sucesso.

Uma última palavra para os aqui presentes. A minha porta está e manter-se-á aberta. Não teremos estados de alma na hora de decidir, mas nunca decidiremos sem ouvir e envolver todos.

Obrigado.